

**Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade do Estado do Mato Grosso  
Cáceres - Mato Grosso - Brasil**

Revista da Faculdade de Educação - Vol. 42, (Jan/Dez) de 2026  
ISSN: 2178-7476



**DESAFIOS ESTRUTURAIS, PEDAGÓGICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: RESENHA  
DE *PRECARIZAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA* (2022)**

**STRUCTURAL, PEDAGOGICAL, AND POLITICAL CHALLENGES IN PUBLIC EDUCATION: A  
REVIEW OF *PRECARIZAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA* (2022)**

**DESAFÍOS ESTRUCTURALES, PEDAGÓGICOS Y POLÍTICOS DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA:  
RESEÑA DE *PRECARIZAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA* (2022)**

**Emerson Tartari**

Mestre em Educação (Universidade do Sul de Santa Catarina), professor de Matemática e Biologia na rede estadual e Assistente Técnico Pedagógico da Secretaria de Educação de Santa Catarina. Tubarão, Santa Catarina, Brasil.  
E-mail: emerson.tartari@hotmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9403-9332>

**Gilvan Luiz Machado Costa**

Doutor em Educação (Universidade Estadual de Campinas), professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, Santa Catarina, Brasil.  
E-mail: gilvan.costa@unisul.br  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4882-6824>

**RESUMO:** A presente resenha tem como objetivo apresentar e discutir a obra *Precarização da Escola Pública* (Silva *et al.*, 2022). Parte da coleção Educação e os Desafios da Escola Pública, da editora CRV, a obra reúne onze capítulos que examinam, a partir de múltiplos enfoques, os efeitos do neoliberalismo, das desigualdades históricas e das fragilidades das políticas educacionais sobre a escola pública brasileira. Os autores, ancorados em suas vivências profissionais, discutem temas como fracasso escolar, condições e intensificação do trabalho docente, desigualdades de gênero, impactos da pandemia, políticas regulatórias, implementação das diretrizes étnico-raciais, avaliação da aprendizagem e enfrentamento da homofobia na escola. Embora alguns capítulos repitam temáticas ou avancem pouco em proposições, a obra oferece um diagnóstico abrangente e acessível da precarização escolar e evidencia a urgência de políticas que garantam direitos, equidade e melhores condições de trabalho e aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** precarização educacional, escola pública, trabalho docente, políticas educacionais.

**ABSTRACT:** This review aims to present and discuss the book *Precarização da Escola Pública* [Precarization of Public Schools] (Silva *et al.*, 2022). Part of the collection Educação e os Desafios da Escola Pública [Education and the Challenges of Public Schools], published by CRV, the work brings together eleven chapters that

examine, from multiple perspectives, the effects of neoliberalism, historical inequalities, and the weaknesses of educational policies on Brazilian public schools. The authors, drawing on their professional experiences, discuss topics such as school failure, teaching conditions and intensification of work, gender inequalities, the impacts of the pandemic, regulatory policies, the implementation of ethnic-racial guidelines, learning assessment, and combating homophobia in schools. Although some chapters repeat themes or make little progress in their proposals, the work offers a comprehensive and accessible diagnosis of the precarious state of schools and highlights the urgency of policies that guarantee rights, equity, and better working and learning conditions.

**KEYWORDS:** educational precariousness, public schools, teaching practice, educational policies.

**RESUMEN:** El objetivo de esta reseña es presentar y analizar la obra *Precarização da Escola Pública* [Precarización da Escuela Pública] (Silva *et al.*, 2022). Parte de la colección *Educação e os Desafios da Escola Pública* [Educación y los Retos de la Escuela Pública], de la editorial CRV, la obra reúne once capítulos que examinan, desde múltiples enfoques, los efectos del neoliberalismo, las desigualdades históricas y las fragilidades de las políticas educativas sobre la escuela pública brasileña. Los autores, basándose en sus experiencias profesionales, discuten temas como el fracaso escolar, las condiciones y la intensificación del trabajo docente, las desigualdades de género, los impactos de la pandemia, las políticas reguladoras, la implementación de las directrices étnico-raciales, la evaluación del aprendizaje y la lucha contra la homofobia en la escuela. Aunque algunos capítulos repiten temas o avanzan poco en sus propuestas, la obra ofrece un diagnóstico amplio y accesible de la precariedad escolar y pone de manifiesto la urgencia de políticas que garanticen los derechos, la equidad y mejores condiciones de trabajo y aprendizaje.

**PALABRAS CLAVE:** precariedad educativa, escuela pública, trabajo docente, políticas educativas.

A obra *Precarização da Escola Pública*, publicada em 2022 pela Editora CRV, integra o volume 1 da coleção *Educação e os Desafios da Escola Pública* e propõe uma análise profunda sobre os efeitos do neoliberalismo, da globalização e das políticas públicas deficitárias sobre a educação pública brasileira, com foco nas escolas do estado do Pará. Composta por onze capítulos escritos por educadores e pesquisadores, decorrentes das suas vivências e trajetórias profissionais, a coletânea denuncia a precarização da escola pública sob diferentes aspectos estruturais, sociais e pedagógicos.

No primeiro capítulo, “Da precarização do trabalho pedagógico à emergência do trabalho multiprofissional na escola”, os autores acertam ao expor que a escola, sozinha, não dá conta dos múltiplos problemas que afetam a aprendizagem dos estudantes, exigindo ações conjuntas. A defesa do trabalho multiprofissional (psicologia e serviço social) é coerente e amparada legalmente pela Lei nº 13.935/2019. A crítica à fragmentação entre gestão, projeto político-pedagógico e prática educativa mostra maturidade teórica, que se traduz na necessidade de ações interventivas que assegurem o melhor comprometimento com a formação humana e a garantia dos direitos sociais. No entanto, o texto poderia aprofundar mais como essa equipe multiprofissional atuaria na prática, dentro das limitações orçamentárias das escolas públicas.

No segundo capítulo, “A precarização da escola pública: contradições, desafios e possibilidades”, os autores tratam da reprodução das desigualdades ao longo dos séculos. A crítica tecida à dualidade do ensino é pertinente e bem fundamentada, uma vez que percorre contextos históricos, mostrando como cada marco legal, embora anuncie avanços, acaba por reproduzir desigualdades estruturais. Contudo, ao tratar da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o texto

apresenta críticas que poderiam ser mais equilibradas, considerando também os avanços propostos, ainda que limitados. A defesa de uma ruptura com o modelo neoliberal é importante, mas carece de propostas mais concretas de como isso seria viável no atual cenário político. Embora o compromisso com uma crítica seja evidente, esta seria enriquecida com a inclusão de perspectivas pedagógicas inovadoras que apontem caminhos possíveis mesmo dentro das contradições do sistema.

O capítulo três, “Aprendizagem escolar: reflexões a partir do direito de aprender e da cultura do fracasso escolar na perspectiva histórico-cultural”, muito bem fundamentado na teoria histórico-cultural de Vygotsky, acerta ao mostrar como o fracasso escolar é estruturado por um sistema em que as oportunidades para esses sujeitos é, de certo modo, negada de diversas formas, criando um modelo de seleção social por mecanismos políticos e pedagógicos, depositando no sujeito a culpabilização e o sentimento de não pertencimento pelo modelo econômico vigente. Tais fragilidades persistem há décadas, muitas vezes agravadas por políticas paliativas, como a correção de fluxo, não resolvem as causas estruturais dessas desigualdades. A análise das políticas públicas e dos indicadores educacionais é crítica e pertinente, revelando sua continuidade ao longo das décadas. Posicionar-se por uma educação para todos requer a superação, a mobilização, o envolvimento e o enfrentamento dos mecanismos políticos e pedagógicos que retiram o direito de aprender e reforçam o fracasso escolar. Trata-se, portanto, de um capítulo essencial para discutir equidade na educação, porém seria interessante articular melhor os dados empíricos com as teorias apresentadas, a fim de fortalecer os argumentos.

O capítulo quatro, “O papel do docente na qualidade do ensino”, reforça a perspectiva da sociedade sobre a responsabilidade do professor na melhoria da qualidade educacional, ao ter conhecimento teórico-prático suficiente para romper com o tradicionalismo e adaptar-se a novas tecnologias e ferramentas de ensino com um único propósito, a qualidade da Educação. A valorização da formação inicial e continuada é bem pontuada no capítulo. Para além disso, expõe-se a fragilidade, a angústia e o pouco reconhecimento que denunciam restrições (controle) na autonomia, reduzindo os docentes a meros executores, além da culpabilização a que são submetidos frente às constantes mudanças sociais contemporâneas, como a globalização, as tecnologias, a transferência de responsabilidade das famílias para a escola, a violência, entre outros desafios diários enfrentados pela escola. No entanto, o texto peca por atribuir quase exclusivamente ao professor a tarefa de garantir qualidade, sem exigir mudanças estruturais de gestão, financiamento e políticas públicas. Falta um olhar mais coletivo e menos individualizante sobre o problema.

O capítulo cinco, com o título sugestivo “Vidas de professoras: entre o trabalho (duplicado) e o (nada) doce lar”, se destaca pela abordagem de gênero, algo ainda pouco discutido em estudos sobre a precarização docente. As mulheres professoras (docentes) são submetidas às mesmas condições e não estão isentas, pelo seu grau de formação, se comparadas aos seus companheiros, do comprometimento da qualidade do seu trabalho, baixa produtividade, cansaço físico e mental e doenças correlatas. A crítica ao patriarcado e à divisão sexual do trabalho é relevante e bem articulada. A precarização da escola pública não recai somente em meios físicos e estruturais, mas na condição

humana, inclusive na discriminação nas relações de gênero no trabalho. Os autores mostram que a precarização não é só salarial ou estrutural, mas também simbólica e emocional. O texto é potente, embora pudesse incluir mais dados empíricos e relatos das docentes pesquisadas, o que tornaria o capítulo ainda mais impactante.

O capítulo seis, “Precarização do trabalho docente na pandemia: análise de processos organizacionais do trabalho pedagógico na rede pública de Augusto Corrêa/PA”, relata de forma contundente os impactos da pandemia sobre o trabalho docente. O uso de exemplos reais (falta de papel, entrega de materiais de moto etc.) dá força à análise. É evidenciado o controle administrativo e pedagógico dos profissionais, movidos pelo excesso de cobranças, supostamente como pano de fundo para acobertar falhas de gestão e de planejamento educacional. A crítica à falta de planejamento do poder público é justa e clara. A angústia vivida pelos professores, em todo o território, evidenciou ainda mais a precarização da escola e do trabalho docente, intensificada por força da pandemia. O impacto emocional da sobrecarga é um ponto que poderia ser mais explorado, além das consequências pedagógicas a longo prazo.

O sétimo capítulo, “O cenário pandêmico, precarização e intensificação do trabalho docente: as novas regulações educacionais”, reforça as denúncias já apresentadas no capítulo anterior, mas com um foco mais direcionado às políticas educacionais e sua ligação com o neoliberalismo. A intensificação do trabalho docente, visivelmente na pandemia de covid-19, reforçou a necessidade de uma versatilidade profissional entre metas de desempenho, meritocracia e flexibilização dos sistemas de ensino, que sinalizaram interlocuções com as políticas neoliberais, juntando-se a outros aspectos, como militarização, reformas educacionais e maximização das tecnologias digitais. A crítica é válida, porém tende a ser repetitiva e, por vezes, excessivamente teórica, uma vez que faltam dados e experiências empíricas. A análise das regulações educacionais é importante, mas o capítulo poderia ser mais objetivo e direto.

A força do capítulo oito, “Ensino remoto e as contribuições docentes no enfrentamento aos tempos precários da educação”, está em denunciar o abandono do Estado durante a pandemia, principalmente no que diz respeito ao apoio financeiro e tecnológico aos professores. Com o ensino remoto, na crise sanitária de covid-19, descortinou-se o processo de precarização do trabalho docente com maior ênfase, com destaque para a falta de equipamentos e insumos diversos para a reprodução de materiais, internet, computadores, entre outros. A análise do uso ineficiente e reduzido de recursos como o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE é bastante pertinente. O texto traz uma denúncia forte sobre a invisibilização dos custos do ensino remoto arcados pelos próprios professores. Poderia, no entanto, apresentar mais dados comparativos ou propostas para reverter essa realidade.

Na sequência, o capítulo nove, “A experiência da aplicação dos documentos oficiais étnico-raciais dentro de escola estadual integral: é possível?”, traz uma discussão necessária sobre a implementação das diretrizes étnico-raciais nas escolas, ampliando as discussões para além do espaço escolar, fazendo jus à função social da escola. O destaque para a experiência prática do projeto do

Dia da Consciência Negra é interessante, mas o capítulo se limita a essa ação pontual. Evidenciar o problema e estabelecer ações de sensibilização destaca a importância do papel da escola e o reflexo além dos seus muros, combatendo todas as formas de preconceito e desigualdades sociais. Faltam reflexões mais profundas sobre o racismo estrutural na escola e sobre a resistência de parte dos docentes e da gestão escolar em abordar esse tema.

O capítulo dez, intitulado “A precarização do trabalho docente: reflexos na avaliação da aprendizagem”, aponta de forma clara as incoerências entre a avaliação como prática pedagógica e as políticas públicas que impõem provas externas padronizadas. A discussão sobre os tipos de avaliação (diagnóstica, formativa e somativa) é didática e relevante. As percepções dos professores sobre avaliação são bastante divergentes e revelam fragilidades quanto à compreensão desse importante mecanismo no processo de aprendizagem. Contudo, o capítulo poderia apresentar alternativas concretas de avaliação que dialoguem com a realidade das escolas precarizadas, indo além da crítica teórica.

Fechar a obra com o capítulo “Direito e educação: fragilidades e desafios no processo educativo em relação à homofobia em âmbito escolar”, sobre diversidade sexual e direitos humanos, foi uma escolha acertada. Contudo, as análises poderiam ser mais enraizadas em dados e vivências escolares reais. A crítica à omissão da escola sobre a homofobia é válida, mas falta discutir como formar professores para enfrentá-la e criar ambientes mais acolhedores.

Em suma, a coletânea é forte, coerente e necessária. Os autores fazem um diagnóstico preciso da precarização da educação pública sob múltiplos ângulos: social, histórico, político, econômico e humano. O reconhecimento dessas limitações gera indignação e resistência frente à precarização da escola pública. Assim, denunciam-se incoerências e reivindicam-se melhores condições de trabalho para assegurar uma educação de qualidade. Sua maior força está na vivência dos autores no chão da escola, e no uso de linguagem acessível, mas fundamentada.

Alguns capítulos poderiam ir além da denúncia, avançando em propostas de ação. Outros repetem temas já abordados anteriormente, o que compromete um pouco a originalidade em alguns momentos. Ainda assim, trata-se de uma leitura essencial para educadores, gestores, formuladores de políticas públicas e pesquisadores.

## Referências

SILVA, Érbio dos Santos; ANDRADE, Fernanda Jaime; AIRES, Marcelle de Paula de Souza Oliveira Muraro; FARIAS JÚNIOR, Raimundo Sérgio de; ABREU, Waldir Ferreira de (org.). *Precarização da Escola Pública*. Curitiba: CRV, 2022. (Educação e os Desafios da Escola Pública, v. 1)

**Recebido em 05 de dezembro de 2025**  
**Aprovado em 17 de abril de 2026**  
**Publicado em 20 de abril de 2026**